JUSTAPAZ

Centro de Transformação de Conflitos, Governação e Direitos Humanos

JustaInforma

Edição nº 29 - 2022



Maputo, 2022



FICHA TÉCNICA

Título: JustaInforma Edição nr. 29 - 2022
Propriedade: JustaPaz
Coordenação: Horácio Zunguza
Textos: Filomena Motiane, Jorge Saiete e Horácio Zunguza
Revisor: Telma Tonela & Sérgio Mossela
Maquetização: D2D, LDA
Impressão: D2D, LDA

ÍNDICE

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS, EMPODERAMENTO DA MULHER E DIREITOS HUMANOS - UMA ABORDAGEM CENTRADA NO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES. — 3

JUSTAPAZ - UMA VISÃO HOLÍSTICA DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS — 3

JUSTAPAZ E SDEJT FORTALECEM O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES NOS DISTRITOS DE JANGAMO E FUNHALOURO — 5

JUSTAPAZ FAZ MONITORIA DA IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES NO PROCESSO DE REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL (UPR) DOS DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE — 7

JUSTAPAZ AJUDA A MAXIMIZAR ACÇÕES DE ADVOCACIA CONTRA A USURPAÇÃO DE TERRA ATRAVÉS DA ASCUT — 9

ENCONTRO DE COORDENAÇÃO ENTRE AS PLATAFORMAS DA SOCIEDADE CIVIL ASCUT E PNOSCMC — 10

REUNIÃO NACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL SOBRE A REFORMA DO QUADRO LEGAL DE TERRAS EM MOÇAMBIQUE — 10

VISITAS DE MONITORIA DO PROGRAMA SCURN AO DISTRITO DE CHIBABAVA — 11

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS — 11

REVISÃO DA LEI DOS TRIBUNAIS COMUNITÁRIOS — 11

JUSTAPAZ PARTICIPA DO SEMINÁRIO DE VALIDAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DA LEI DOS TRIBUNAIS COMUNITÁRIOS — 13

DIA MUNDIAL DA FRATERNIDADE HUMANA — 14

CONSULTA A SOCIEDADE CIVIL PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS — 14

SESSÃO DO COMITÉ DELIBERATIVO DO PROJECTO MOZLAND (TERRA SEGURA) — 15

ENCONTRO DE SOCIALIZAÇÃO DO PNISA II 2022-2026 E PDEA II 2022-2031 — 15

ENCONTRO COM O VICE-MINISTRO DA TERRA E AMBIENTE — 15

PARTICIPAÇÃO NO ENCONTRO DE APRESENTAÇÃO DO GUIÃO DO ÍNDICE MUNICIPAL DE GÉNERO — 16

MITA PROMOVE “ACESSO EQUITATIVO, POSSE SEGURA E USO SUSTENTÁVEL DA TERRA” — 17

PAANE II PROMOVE O SEU PRIMEIRO SEMINÁRIO NACIONAL — 17

MOÇAMBIQUE EM PREPARAÇÃO DO COP27 EM CAIRO — 19

PARCEIROS DO PPM VISITAM JUSTAPAZ — 19

À PROCURA DE NOVAS PARCERIAS — 20

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS, EMPODERAMENTO DA MULHER E DIREITOS HUMANOS - UMA ABORDAGEM CENTRADA NO DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES

"O empoderamento feminino não é benéfico só para a mulher. A mulher empoderada tem uma generosidade latente. Mulher se realiza em compartilhar saberes e, no seu aprendizado, ela traz benefícios para todos ao seu redor!" Mestra Emília.

Em alusão ao primeiro semestre do corrente ano de 2022, a JustaPaz implementou actividades referentes ao projecto "Fortalecimento do desenvolvimento da comunidade por meio de abordagens de resolução de conflitos, e empoderamento de mulheres e raparigas". Os mesmos cingiram-se, fundamente, na realização de debates de troca de experiências com os membros dos Conselhos Consultivos Distritais, Juízes Comunitários e Líderes Religiosos dos distritos de Jangamo e Funhalouro na província de Inhambane, Mossuril e Mogovolas, na província de Nampula. As mesmas actividades estenderam-se aos distritos de Ile, Molevala e Namacura na província da Zambézia.

A actuação da JustaPaz não se concentrou apenas na materialização dos debates em sete distritos, foram igualmente desenvolvidas outras acções nos vários projectos que corporizam o plano.

Embora o país tenha sido afectado por cíclicos ciclones, principalmente no primeiro semestre de cada ano, a JustaPaz procurou sempre envidar esforços para a concretização das actividades planificadas.

JustaPaz - uma visão holística das actividades desenvolvidas

Projecto "Fortalecimento do desenvolvimento da comunidade por meio de abordagens de resolução de conflitos, e empoderamento de mulheres e raparigas".

No âmbito deste projecto, a JustaPaz realizou de Janeiro a Junho de 2022, várias actividades por intermédio das três componentes, nomeadamente:

Componente 1 - Governação

Esta componente contribui para a melhoria da participação dos cidadãos nos processos de governação e desenvolvimento local, por intermédio do empoderamento dos conselhos consultivos distritais.

Componente 2 - Acesso à Justiça e Diálogo Inter-Religioso (AJ & DIR)

A componente promove a resolução pacífica de conflitos comunitários e religiosos mediante o empoderamento dos juízes comunitários e líderes religiosos.

Componente 3 - Direitos Humanos da Mulher e Rapariga

A componente procura empoderar a mulher e rapariga para que estas possam defender os seus direitos no âmbito familiar e escolar.

As actividades acima citadas tiveram lugar nos distritos de Jangamo e Funhalouro na província de Inhambane; Mossuril e Mogovolas em Nampula e nos distritos de Ile, Molevala e Namacura na Zambézia.

Tomaram parte nos referidos debates, membros dos conselhos consultivos distritais, juízes dos tribunais comunitários e líderes religiosos dos sete distritos no caso vertente das componentes 1 e 2.



Líderes religiosos e juízes comunitários do distrito de funhalouro - Inhambane

Em cumprimento às normas de prevenção a pandemia da COVID 19, a JustaPaz buscou providenciar meios de protecção como máscaras e álcool gel. Mais ainda, foram distribuídos materiais de visibilidade da JustaPaz como camisetas e blocos com apoio do PPM, na qualidade de financiador. Os blocos visam dotar os beneficiários de meios para registo de casos resolvidos (juízes), e das matérias debatidas nas reuniões dos CCDs.



Líderes religiosos do distrito de Mossuril - Nampula

JustaPaz e SDEJT fortalecem o desenvolvimento das comunidades nos distritos de Jangamo e Funhalouro

Sob enquadramento da componente Direitos Humanos da Mulher e Rapariga, a JustaPaz em parceria com os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT), promoveram de 31 de Março a 05 de Abril do corrente ano, actividades para fortalecer o desenvolvimento das comunidades nos distritos de Jangamo e Funhalouro, na província de Inhambane.



Membros do Conselho Consultivo do distrito de Ile- Zambézia

Cientes de que em Moçambique tem se registado progressos no que diz respeito ao desenvolvimento de instrumentos de promoção e garantia dos Direitos Humanos, aspectos ligados à pobreza, cultura, tradição continuam favorecendo a violação e o não gozo integral dos direitos das mulheres e das raparigas. Com estas actividades, pretende-se contribuir consciencializando as comunidades sobre tais direitos.

A violência baseada no género, uniões prematuras e forçadas continuam a afectar as mulheres e raparigas, sobretudo as das zonas de difícil acesso do nosso país. Como consequência das uniões prematuras e gravidezes precoces, muitas raparigas moçambicanas têm a sua saúde sexual e reprodutiva comprometida e ainda são forçadas a abandonar a escola, afectando negativamente o seu futuro e do país.

Para ajudar a reverter este cenário, a JustaPaz está a criar capacidades a nível das comunidades, beneficiando deste modo 240 raparigas dos distritos acima citados, enquadradas em oito clubes de escolas, onde estão a ser promovidas sessões sobre consequências das uniões prematuras, gravidezes precoces, desistência escolar e demais temas com vista a empodera-las de conhecimentos sólidos nestas temáticas.

Escolas contempladas pelas acções:

i. Distrito de Jangamo: Escola Secundária Eduardo Mondlane de Magaiça, Escola Secundária Geral de Nhancoja, Escola Secundária Maria de Lurdes Mutola de Ligogo, Escola Primária do 1° e 2° Grau de Ligogo.



Alunas beneficiárias das acções da JustaPaz no distrito de Jangamo em Inhambane

ii. Distrito de Funhalouro: Escola Secundária Samora Machel, Escola Secundária Graça Machel, Escola Secundária Eduardo Mondlane, Escola Primária do 1° e 2° Grau de Tomé, Escola Primária do 1° e 2° Grau de Mbone.

Nisto, as professoras responsáveis pela área de género de cada escola beneficiária acompanham o dia a dia dos clubes e não só, mas também o seu envolvimento acaba permitindo o aprofundamento dos seus conhecimentos nas várias matérias abordadas. Por outro lado, foram distinguidas 22 raparigas (as mais carenciadas), com bolsas de estudos, uniforme e material escolar, incluindo um "kit dignidade", constituído por pensos higiénicos, escova de dentes, pasta dentífrica, e baldes para higiene pessoal.



Alunas beneficiárias das acções da JustaPaz do distrito de Funhalouro em Inhambane

JUSTAPAZ FAZ MONITORIA DA IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES NO PROCESSO DE REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL (UPR) DOS DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

O projecto visa essencialmente contribuir para a promoção da melhoria da implementação das recomendações sobre Direitos Humanos do processo UPR, através de uma abordagem local a global ou seja, através da Implementação das actividades a 3 níveis: Local, Nacional e Internacional.

Primeiramente fez-se a preparação social para elaboração de Agendas de Desenvolvimento Comunitário, uma actividade que priorizou encontros com as lideranças e comunidade. Tendo-se enfatizado o papel desempenhado pela AMPDC, (parceiro local de implementação) na ajuda às comunidades a elaborarem seus planos de desenvolvimento para servir de ferramentas de advocacia lideradas pela comunidade.

Realizou-se quatro secções de treinamento ou capacitação para os facilitadores comunitários (50% são mulheres) em matéria de lei de terra, Direitos Humanos e lei contra as uniões prematuras (lei 19/19). Para se fazer um acompanhamento regular das questões de usurpação de terras, dos clubes de raparigas e outras questões de direitos humanos identificados pelas comunidades, estes facilitadores beneficiaram de meios de locomoção, concretamente bicicletas.



Entrega de bicicletas aos facilitadores no Posto Administrtativo de Goonda distrito de Chibabava

Ainda neste período, produziu-se e difundiu-se dois debates radiofónicos com os clubes de raparigas (CBR's) dos distritos de Búzi e Chibabava. Os debates nestas rádios permitiram difundir matérias de direitos humanos, lei 19/19 sobre uniões prematuras, violência baseada no género e direitos da rapariga com vista a sensibilização e conhecimento pelas comunidades daqueles distritos para o melhoramento no gozo dos seus direitos humanos.

O projecto apoiou seus parceiros de nível nacional, nomeadamente FMMRPU e a DNDHC a realizarem a Conferência Nacional de Avaliação da Participação de Moçambique no III ciclo do Mecanismo de Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos da ONU. O evento que juntou sociedade civil (SC) e governo representado por Sua Excia. Ministra da Justiça Assuntos Constitucionais e Religiosos fez uma avaliação positiva em termos de mais aproximação entre a SC e o governo no trabalho de parceria pela causa de direitos humanos no processo UPR, o que se concretizou-se com a assinatura da declaração da Ponta de Ouro.

Igualmente realizou vários encontros de coordenação de implementação das actividades com o parceiro internacional LWF, os quais culminaram com a produção de planos de implementação conjunta.



Centro de recurso de Guara-Guara no distrito de Búzi apetrechado com computadores

JustaPaz ajuda a maximizar acções de advocacia contra a usurpação de terra através da ASCUT

A Plataforma ASCUT - Aliança da Sociedade Civil Contra a Usurpação da Terra em Moçambique visa maximizar sinergias entre as organizações da sociedade civil, para tornar eficazes suas acções de advocacia contra a usurpação de terras, em que mulheres e homens usufruem do direito de posse, segurança e controlo da terra.

Como forma de efectivar as acções desta plataforma, promoveram-se:

Encontros mensais de coordenação da ASCUT

No primeiro semestre de 2022, os membros da Aliança realizaram três encontros de revisão dos documentos que orientam a ASCUT, sendo que os mesmos estão relacionados com o funcionamento das abordagens, entre outros assuntos. Tendo resultado deste processo na revisão e actualização do memorando de entendimento que traça as directrizes de funcionamento e de gestão da ASCUT, tendo em conta que a validade do mesmo é de apenas cinco anos, tempo este que é e foi sempre estipulado pelos membros de modo a dar espaço para a revisão dos objectivos da Aliança, adequando-se sempre com a novas dinâmicas. Acima de tudo, foi também revitalizada a ASCUT, tendo-se criado grupos técnicos com responsabilidades definidas e acordadas por todos, por forma a garantir a participação e envolvimento de todos no dia a dia da da Aliança.



Encontro de Coordenação dos Membros da ASCUT

Encontro de coordenação entre as Plataformas da Sociedade Civil ASCUT e PNOSCMC

A Aliança da Sociedade Civil contra a Usurpação de Terras e a Plataforma Nacional das Organizações da Sociedade Civil para Mudanças Climáticas, representadas pelo Secretariado das mesmas JustaPaz e Kulima, respectivamente, iniciaram com um diálogo de parceria entre as plataformas. Com esta acção as duas plataformas pretendem engajar-se e criar parcerias resilientes e sustentáveis para as organizações da sociedade civil, procurando assim alcançar com os metas e os resultados que cada uma espera alcançar em prol das comunidades e da sociedade no geral. Com este passo iniciado, esta em vista um memorando de entendimento entre as duas plataformas como forma de materializar o compromisso a ser assumido pelas duas plataformas. De referir que até ao segundo semestre do ano em curso, as duas plataformas poderão começar a desenvolver acções em conjunto.

Reunião Nacional da Sociedade Civil sobre a Reforma do Quadro Legal de Terras em Moçambique

O processo de revisão da Política Nacional de Terras de 1995, foi lançado em 2017 pelo Presidente da República durante a IX sessão do Fórum de Consulta sobre Terras (FCT), sem que houvesse uma discussão prévia, aberta e transparente dos problemas que afectam o sector e uma justificação sobre os objectivos deste processo. Tendo suscitado dúvidas e receios por parte da grande maioria dos moçambicanos, representados por meio de organizações da sociedade civil que representam vários extractos sociais com destaque para camponeses, mulheres, jovens, académicos e comunidades no geral.

Para este processo de revisão da Política Nacional de Terras (PRPNT) foi criada uma comissão em 2018 a Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras (CRPNT) através do Diploma Ministerial nº. 56/2018, de 12 de Junho, como um órgão para coordenação, elaboração e condução do processo das consultas sobre a RPNT e Estratégia de Implementação e do respectivo quadro regulador e institucional.

Portanto, com vista a assegurar que o processo resulte num quadro político legal de terras que contribua para a resolução dos problemas do país e assegurar o acesso a terra como um direito fundamental dos moçambicanos, tanto como um activo económico assim como social e cultural para a geração de riqueza e bem-estar dos moçambicanos, as OSC com interesse directo na gestão e administração de terras, organizaram um encontro na cidade de Maputo nos dias 21 e 22 de Março, com os seguintes objectivos: (i) analisar o processo metodológico seguido pela CRPNT durante a auscultação e elaboração do relatório de diagnóstico; (ii) analisar o processo de participação pública em todas as fases do processo; (iii) analisar as alterações propostas na PNT e suas implicações na vida dos moçambicanos; (iv) produzir um posicionamento da sociedade civil a volta do processo e sua entrega a várias entidades relevantes na matéria.

Visitas de monitoria do programa SCURN ao distrito de Chibabava

No mês de Junho, a equipe técnica do Projecto SCURN deslocou-se ao distrito de Chibabava, província de Sofala para realizar uma visita de monitoria de campo de modo a verificar de perto, colher informações e fazer uma apreciação das actividades que estão a ser implementadas pelo parceiro AMPDC, também previu encontros de cortesia com as lideranças neste caso, Administrador, Director do SDAE e Chefe do Posto de Goonda no distrito de Chibabava. Por fim foi agendado o encontro de balanço onde fez-se uma apreciação em relação às intervenções que estão a ser efectuadas na Província de Sofala especificamente no Distrito de Chibabava bem como deixar algumas recomendações a AMPDC na qualidade de parceiro local.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Revisão da Lei dos Tribunais Comunitários

Governo, JustaPaz e parceiros lançam auscultação de Revisão da Lei dos Tribunais Comunitários.



Foto de ocasião do lançamento oficial da auscultação pública da proposta de revisão de Lei dos tribunais comunitários .

O Governo de Moçambique, através do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, procederam ao lançamento oficial da auscultação pública da proposta de Revisão de Lei dos Tribunais Comunitários, no dia 11 de Março de 2022.

O processo visa actualizar o regime jurídico que cria a Lei dos Tribunais Comunitários, com vista a definir a sua composição, organização, funcionamento, o seu enquadramento institucional, bem como a sua articulação com as instituições formais dos órgãos de administração da justiça, e outras instâncias de prevenção e resolução de conflitos de base comunitária.



Representante dos Juízes dos tribunais comunitários de Nampula

O lançamento marca em escala nacional, ciclo de seminários provinciais sobre esta matéria, sendo que a Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Helena Mateus Kida, apela à participação de todos os moçambicanos neste processo, em especial o grupo-alvo, nomeadamente: os Juízes Comunitários e Sociedade Civil.



Telma Tonela
Directora Executiva da JustaPaz

Para Telma Tonela, Directora Executiva da JustaPaz – entidade parceira desta iniciativa, os tribunais comunitários são importantes pois contribuem para o descongestionamento dos casos que, em condições normais, deveriam desaguar nos tribunais judiciários. "Pela sua actuação, procuram sempre que possível a via da reconciliação entre as pessoas desavindas, e deste modo trazer a paz nas e entre as comunidades," salienta Tonela!

JustaPaz participa do seminário de validação da proposta de revisão da lei dos tribunais comunitários

No âmbito do processo de revisão da Lei dos Tribunais Comunitários, a JustaPaz participou do seminário de validação da proposta de Lei acima referenciada, organizado pela Direcção Nacional de Administração da Justiça (DNAJ). O mesmo teve a participação de todos os directores provinciais da justiça, bem como da ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Helena Mateus Kida.

Durante o debate sobre a Lei em causa, notou-se a falta de algumas informações, ou seja, certos detalhes não constavam, e pelo facto, a lei não foi validada, esperando-se que os aspectos em falta possam ser incorporados.



Ministra da Justiça e o Presidente dos Tribunais Comunitários a nível da Cidade de Maputo á direita

DIA MUNDIAL DA FRATERNIDADE HUMANA

JustaPaz celebra junto da Direcçao Nacional de Assuntos Religiosos o dia Mundial da Fraternidade Humana

A convite da Direcção Nacional de Assuntos Religiosos, a JustaPaz a tomou parte da cerimônia de comemoração da efeméride.

O evento teve lugar no Hotel Polana, na cidade de Maputo no dia 4 de Fevereiro e contou com a participação de altos quadros do governo, representantes de Confissões Religiosas, entre outras individualidades.

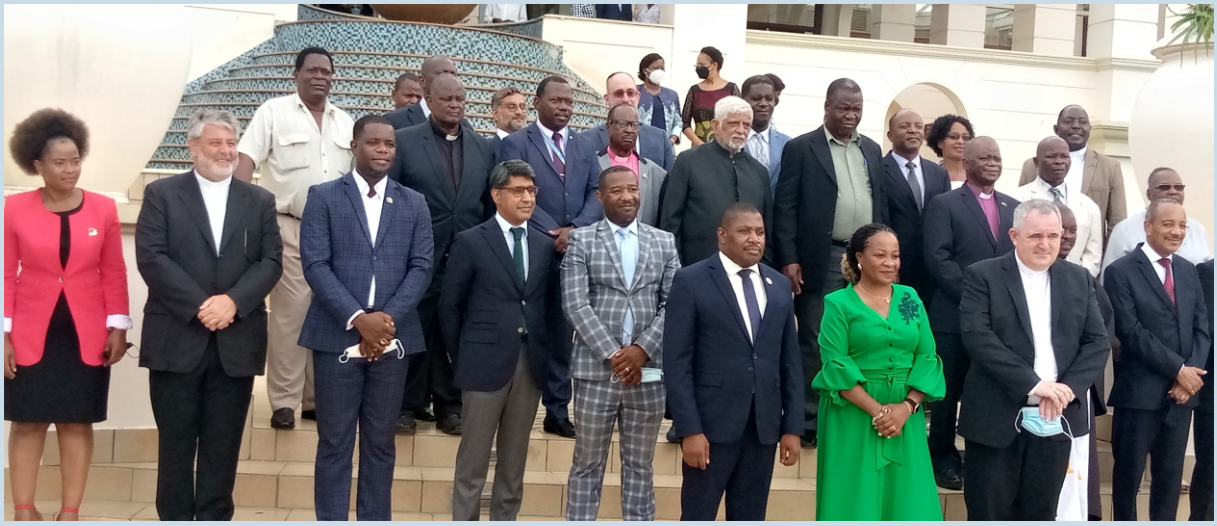

Foto de ocasião pela celebração do dia Mundial da FraternidadeHumana

De referir que nesta data se reflecte sobre a compreensão de diferentes culturas, religiões, opiniões e se promove a tolerância e o aceitar o que parece diferente.

Consulta a Sociedade Civil para a Preservação do Meio Ambiente e Uso Sustentável de Recursos Naturais

A convite da União Europeia a ASCUT participou de um processo de consulta para a proposta de financiamento lançada no primeiro semestre do ano sobre preservação do meio ambiente e do uso sustentável de recursos naturais. Com esta acção a UE pretendia fortalecer o engajamento das OSC locais para a preservação do meio ambiente e para o uso sustentável de recursos naturais, visando igualmente: (i) capacitar as OSC locais para o engajamento (a) no diálogo político ao nível nacional e (b) no diálogo, implementação e monitoria dos programas e planos de desenvolvimento nacionais; (ii) habilitar e capacitar os parceiros da Sociedade Civil local para manter e promover um ambiente propício a este diálogo e monitoria; (iii) fortalecer a capacidade das OSC locais no engajamento para a igualdade de género e inclusão da juventude, bem como fortalecimento de OSC's locais de mulher e jovens, todavia ligado à temática da preservação do meio ambiente e do uso sustentável de recursos naturais.

SESSÃO DO COMITÉ DELIBERATIVO DO PROJECTO MOZLAND (TERRA SEGURA)

Realizou-se no dia 07 de Fevereiro do presente ano, a II Sessão do Comité Deliberativo do Projecto MozLand (Terra Segura), na qual a ASCUT participou como membro do Grupo de Reflexão do Fórum de Consulta sobre Terras. A participação da ASCUT é resultado da eleição que decorreu no II Encontro do Grupo de Reflexão do Fórum de Consulta sobre Terras. De referir que o projecto MozLand (Terra Segura) foi desenhado na perspectiva de assegurar a atribuição de dois milhões de DUATs individuais e mil e duzentos certificados de terras comunitárias, através de um processo de regularização massiva. Por via disso, o encontro serviu de apresentação e debate das realizações do projecto, assim como apresentação do plano de actividades previstas para o ano 2022.

ENCONTRO DE SOCIALIZAÇÃO DO PNISA II 2022-2026 E PDEA II 2022-2031

A convite do Comité de Coordenação do Sector Agrário (CCSA), a ASCUT participou no dia 15 de Fevereiro da Reunião de Socialização do Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA II 2022-2026) e Plano Director das Estatísticas Agrárias (PDEA II 2022-2031). De salientar que neste encontro estava prevista a análise e contribuição dos diferentes sectores em relação ao PDEA II e o PNISA II, com vista a melhorar os processos durante a sua materialização e por conseguinte a sua implementação.

ENCONTRO COM O VICE-MINISTRO DA TERRA E AMBIENTE

No âmbito das acções de lobby e advocacia, a ASCUT a convite do Observatório das Mulheres participou de um encontro de cortesia ao Ministério da Terra e Ambiente (MTA), tendo sido recebido pelo Vice-Ministro do MTA. O encontro serviu para impulsionar a este ministério para que tomasse em consideração as recomendações que as OSC têm em relação ao processo de RPNT. Um outro aspecto a considerar é a extensão do período para o processo de RPNT e, por conseguinte, a abertura para a participação e envolvimento da sociedade civil no processo de elaboração do versão 1, tendo em conta a precária qualidade na apresentação do Draft 0 da PNT. O encontro teve lugar no dia 28 de Fevereiro de 2022 no Ministério da Terra e Ambiente.



Foto: Da esquerda para a direita: Silvana Nhaca (ASCUT), Maria José Artur (WLSA Moçambique), Amélia Bazimba (MULEIDE), Sua Excelência Vice-Ministro do MTA Fernando Bemane de Sousa, Quitéria Guirengane (Observatório das Mulheres) e Rosália Pedro (Ponto focal de Género e Chefe da Repartição da Unidade de Género do MTA.

PARTICIPAÇÃO NO ENCONTRO DE APRESENTAÇÃO DO GUIÃO DO ÍNDICE MUNICIPAL DE GÉNERO

Lançado no dia 10 de Março na cidade de Maputo, o Guião do Índice Municipal de Género, pelo Fórum Mulher através do projecto "Enriquecendo a Participação Activa da Sociedade Civil para a Promoção da Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres e Raparigas" financiado pela União Europeia no âmbito do Programa de Apoio aos Actores Não Estatais (PAANE) II. Através do mesmo é possível avaliar as autarquias através do Índice Municipal de Género, com o objectivo de promover o desenvolvimento em políticas públicas para as mulheres, com propostas de estimular as metas relacionadas com os ODS sobre a igualdade de género.

O IMG é um instrumento de política autárquica que possibilitará o registo dos progressos feitos anualmente relacionados com às condições socioeconómicas, que marcaram a vida das mulheres e dos homens residentes numa determinada autarquia, bem como das iniciativas desenvolvidas para as melhorar.

Inicialmente será desenvolvimento em apenas 10 autarquias olhadas como prioritárias para o programa de cálculo do IMG, nomeadamente: Inhambane, Massinga, beira, Nhamatanda, Pemba, Montepuez, Lichinga, Mandimba, Tete e Moatize.

MITA PROMOVE "ACESSO EQUITATIVO, POSSE SEGURA E USO SUSTENTÁVEL DA TERRA"

A convite do Ministério da Terra e Ambiente, a ASCUT participou da Reunião Nacional de Terras sob o lema "Por um Acesso Equitativo, Posse Segura e Uso Sustentável da Terra" realizado nos dias 23 e 24 de Março, na cidade de Maputo. A Reunião Nacional de Terras serviu como um espaço de diálogo para a construção de consensos sobre as principais questões e matérias relevantes relacionadas com o quadro legal e regulador sobre a administração e gestão da terra no país. Serviu também para aprofundar e alargar os consensos à volta das diferentes contribuições e recomendações colhidas, e desta forma enriquecer e alimentar os conteúdos dos documentos em volta da RPNT e legislação correspondente.



Foto: Silvana Nhaca, oficial de coordenação e advocacia da ASCUT, durante a apresentação durante a apresentação da síntese de um dos grupos de debates.

PAANE II PROMOVE O SEU PRIMEIRO SEMINÁRIO NACIONAL

Decorreu nos dias 08 e 09 de Junho sob o lema: **"Diálogo, Influência e Legitimidade"**, o Seminário Nacional do PAANE, na cidade de Maputo e virtualmente nas plataformas ZOOM e as redes sociais do PAANE.

De referir que o Programa de Apoio aos Actores Não Estatais (PAANE) é uma iniciativa da União Europeia (EU) e seus Estados Membros que visa contribuir para a boa governação e desenvolvimento rural em Moçambique. O mesmo é implementado ao nível nacional, especificamente em cinco províncias (Cabo Delgado, Tete, Niassa, Sofala e Inhambane) num

total de sete projectos específicos, cada um promovido por diferentes organizações/plataformas da sociedade civil moçambicana designadas como requerentes principais: Fórum Mulher, FMO/N'weti, ASCUT/CARE, Fundação MASC, Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para a Protecção Social, CESC e ActionAid Moçambique.

A conferência nacional do PAANE é precedida de uma série de conferências provinciais realizadas em 2021, que visavam partilhar os resultados e as mudanças que têm estado a ser alcançadas pelos beneficiários (Instituições do Estado e as comunidades) a partir da implementação dos sete projectos do programa PAANE, nomeadamente: (1) Engajamento do cidadão na participação governativa Municipal; (2) Elevando o valor do dinheiro ao serviço do cidadão - Monitoria da gestão de finanças públicas; (3) Sociedade Civil Unida em prol da agenda Comunitária dos Recursos Naturais- Projecto de advocacia e monitoria das políticas públicas na área de terra e recursos extrativos (4) Melhoria da qualidade da cobertura da proteção social básica e das condições de vida das populações mais vulneráveis; (5) Sou cidadão: responsabilização social para melhores serviços de educação e saúde; (6) Promoção da governação e diálogo democrático sustentável em Moçambique e (7) Enriquecendo a participação activa da sociedade civil para a promoção da igualdade de género e o empoderamento das mulheres e raparigas.

Com esses eventos, pretendia-se igualmente reforçar o diálogo com as instituições do Estado (Secretaria do Estado, Conselho Executivo Provincial, Municípios, Assembléia Provincial, Governos Distritais, Serviços Distritais, Procuradorias, Tribunais) e estimular o interesse destes e outros actores-chave de desenvolvimento, no sentido de aprimorarem a sua capacidade de acompanhamento e implementação dos instrumentos de Governação Local, com vista a garantir a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, através da sua participação nos processos de tomada de decisão e prestação de contas sobre a implementação dos programas e/ou políticas públicas.

Na mesma senda, a conferência nacional visa partilhar os resultados e as mudanças alcançadas pelas organizações implementadoras do PAANE na melhoria da governação e qualidade das moçambicanas e dos moçambicanos, como resultado das intervenções realizadas pelos sete projectos no quadro do PAANE.

MOÇAMBIQUE EM PREPARAÇÃO DO COP27 EM CAIRO

A convite da Plataforma Nacional das Organizações da Sociedade Civil sobre Mudanças Climáticas (PNOSCMC), a ASCUT participou no dia 29 de Março de 2022 da Conferência sobre Mudanças, denominada **"Moçambique Pós-COP26 de Glasgow à Cairo – COP27"**, na sala de reuniões do Hotel Indy Village. Onde foi reconhecido que as mudanças climáticas tem sido um prob de todos, devendo ser colocado no centro das nossas acções as possibilidades de mitigação e por fim a busca de soluções sustentáveis. Para isso, é necessário uma acção contínua em termos de lobby, participação e engajamento e eveidência de esforços para fazer face a crise e/ou emergência climática que se vive. Mas também, é importante que no processo de exploração de recursos também se busque as melhores formas sem afectar o clima.

PARCEIROS DO PPM VISITAM JUSTAPAZ

JustaPaz recebe parceiros do PPM para acompanharem a execução dos projectos desenvolvidos



Foto de ocasião pela visita dos parceiras do PPM á JustaPaz

Com vista a conhecer e acompanhar de perto os projectos que estão sendo executados com apoio financeiro do PPM – Pão para o Mundo, a JustaPaz recebeu no passado mês Maio de 2022, uma delegação constituída por: Brigit – Oficial de Programas do PPM para Moçambique e Angola, Representante da DIAKONIA baseado em Bruxelas, Custódio Mondlane – Director Executivo da Resolves e Germano Lopes – Colaborador da Resolves.



Momento do encontro entre a JustaPaz e o parceiro PPM

À PROCURA DE NOVAS PARCERIAS

Em parceria com COSV (organização Italiana), Tanzania Bora (organização Tanzaniana) e Sarakasi Trust (Organizacao Queniana) desenhamos e submetemos à União Europeia, o projecto Swahili Cost. O mesmo projecto, ainda sem decisão final por parte do doador, tem em vista a promoção da paz através de actividades culturais na costa moçambicana, Tanzaniana e Queniana.



Ainda no âmbito da busca por novas parcerias, reunimo-nos com a Diakonie Katastrophenhilfe (Organização Alemã) para apresentar a nossa intenção em implementar acções de promoção de concórdia no centro de reassentamento de Maratane – provincia de Nampula - que acolhe famílias vítimas do terrorismo em Cabo Delgado. Do encontro resultou a disponibilidade daquela organização em apoiar financeiramente a JustaPaz para a realização do estudo de base que servirá de suporte na concepção de um projecto a ser implementado em Maratane, contando com o apoio da Diakonie Katastrophenhilfe.





Centro de Transformação de Conflitos, Governação e Direitos Humanos
Av. dos Heróis Moçambicanos Nr. 115. Matola
Telef.: + 258 875724245
Email: justapaz@justapaz.org.mz
Web page: www.justapaz.org.mz
Facebook: JustaPaz Mocambique